

## 30 anos do 25 de Abril – Entrevista a José Ramos Horta

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Álvaro de Vasconcelos

O período de descolonização iniciado com o 25 de Abril só ficou plenamente concluído com a independência de Timor-Leste, quase trinta anos mais tarde. À conversa com Álvaro de Vasconcelos, José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros timorense, recorda o impacto da revolução em Timor e analisa a actual relação entre os dois países.

**Álvaro de Vasconcelos** – O movimento de descolonização português é das «conquistas de Abril» aquela que mais demorou a concretizar-se plenamente, com as dificuldades da independência de Timor. 30 anos depois do 25 de Abril a sociedade portuguesa mudou profundamente, embora haja ainda mutações sociais que tardam a atingir a sua plenitude?

**José Ramos Horta** – Eu creio que a sociedade portuguesa evoluiu com o 25 de Abril. Apesar de ser um país católico, eminentemente conservador, creio que a sociedade portuguesa, de uma maneira geral, ou pelo menos nas zonas urbanas, se afastou do conservadorismo da Igreja e se tornou muito tolerante em relação a muitas questões que noutros países, nomeadamente nos EUA, ainda são tabu. No que toca às relações sexuais, ao chamado life style, e sobretudo ao papel da mulher, creio que os portugueses são muito mais receptivos que os norte-americanos. A imprensa portuguesa é muito mais diversificada e dinâmica do que a imprensa americana e a vida política em Portugal é mais intensa. Há também uma grande vida cultural e artística. Tudo isto são aspectos positivos. O sistema semi-presidencialista que saiu da Constituição tem funcionado e os portugueses, muito inteligentemente, sempre souberam escolher as melhores figuras para a Presidência da República. Ramalho Eanes surge num momento crucial em que era necessária firmeza, estabilidade e disciplina. Depois veio um Mário Soares democrata que levou Portugal para o mundo, em particular para a Europa. Jorge Sampaio não fica atrás das qualidades de Mário Soares. Apesar de ser diferente é uma figura muito respeitável. Isto creio que tenha a ver com a maturidade e com o facto de o português saber escolher.

AV – Esta mudança, no sentido da democracia, dos valores fundamentais, da garantia dos direitos humanos, não pode ter deixado de influenciar a política externa portuguesa, nomeadamente na questão timorense. No entanto há quem considere que este é um domínio onde a continuidade fruto do realismo político tende a prevalecer...

JRH – Portugal, após o 25 de Abril e em particular após a adesão à União Europeia, afirmou-se no plano europeu e internacional. Existem muitas situações em que a posição portuguesa foi citada e aplaudida. Timor foi o caso mais visível de um Portugal com moralidade, com sentido de história, do Portugal solidário. Este processo, neste último capítulo do livro da descolonização, foi fechado com chave de ouro. Aí toda a gente sabe e reconhece que Portugal saiu com uma enorme dignidade porque foi a diplomacia portuguesa que sustentou, no plano internacional, a nossa luta ao longo de muitos anos. Portugal fê-lo com muita tenacidade e com muita dignidade. Após a libertação de Timor-leste, Portugal não se alvorou em vitorioso triunfalista, amachucando aqueles, como por exemplo a Austrália, que estiveram do lado contrário. Portugal comportou-se sempre com muita descrição e isto fê-lo ganhar o respeito por parte dos australianos e até dos indonésios.

AV – Em relação a Timor, tenho a impressão que existem dois «Portugais» que apoiaram a causa Timorense: um claramente maioritário que apoiou uma luta por direitos fundamentais que tardavam em serem reconhecidos, e um outro Portugal que privilegia antes de tudo a reconstrução, em novos moldes, é verdade, do espaço de «Minho a Timor» mas nem sempre reconhecendo que hoje os direitos humanos são interesses...

JRH – Portugal ganhou a batalha moral, a batalha histórica de Timor-Leste, e ao ganhá-la tornou possível a realização de mais um espaço lusófono na Ásia. Timor-Leste é o único país de língua portuguesa na região. Se Portugal não tivesse apostado e apoiado a causa e Timor se tivesse libertado por outras vias, não teria sido possível para a liderança política timorense reintroduzir o português como uma das duas línguas oficiais de Timor-Leste.

AV – O que não foi fácil...

JRH – Não. Quando nós o fizemos, apesar de toda a nossa autoridade moral e política e do papel de Portugal, houve resistência por parte dos anglo-saxónicos e de uma certa geração de timorenses. No entanto, a liderança política timorense venceu todas as barreiras e fez consagrar o português como uma das duas línguas oficiais: o tétum, que pela via da colonização portuguesa se tornou uma língua nacional e unificadora e o

português. Aqui talvez se vislumbre essa vertente «do Minho a Timor-Leste». Mas esta questão não estava na agenda dos políticos portugueses.

AV – Nem é o discurso da diplomacia portuguesa. A atitude da elite timorense de que faz parte tem uma atitude em relação a Portugal e à lusofonia muito específica, embora comparável, talvez à de Cabo Verde ...

JRH – Sem dúvida. Por um lado, Timor sempre foi a colónia mais pacífica. Não houve uma luta de libertação nacional como aconteceu em Moçambique, Angola ou Guiné. Se não tivesse existido o 25 de Abril de 74, Timor teria continuado, pacificamente, sob administração portuguesa durante algum tempo. Por outro lado, a geração de hoje tem consciência do papel fulcral de Portugal na libertação de Timor. Visto que estamos suficientemente longe, não sentimos o peso, a influência de Portugal no dia a dia. «Longe da vista perto do coração», isto é, desejamos ainda mais a presença portuguesa em Timor-Leste, pois ajuda bastante a criar uma certa independência em relação aos vizinhos.

AV – Mas existe uma corrente mais nacionalista...

JRH – Sem dúvida. Temos uma geração muito orgulhosa, muito nacionalista, que se bateu para que o tétum fosse a única língua oficial. Alguns, como não tinham coragem de defender o bahasa indonésio, defenderam o inglês como uma manobra subtil para eliminar o português, mas nós estivemos atentos e conseguimos fazer prevalecer o consenso. No plano estratégico, Timor tem de consolidar primeiro a sua identidade, e essa identidade coexiste entre o português e o tétum. Sem o português, o tétum não sobrevive perante o Inglês. Ao escolhermos o português como uma das línguas, fizemo-lo com a consciência de que era necessário preservar a identidade histórica e cultural de Timor-Leste.

AV – Eu acrescentaria que a identidade de Timor-Leste, no plano internacional, está intrinsecamente ligada ao facto de ser um caso raro de sucesso das Nações Unidas, assente na autodeterminação e na defesa dos direitos humanos. A propósito do Tribunal Penal Internacional e do acordo que estabeleceram com os EUA, não existe uma contradição?

JRH – Talvez. No plano académico e intelectual não vejo contradição entre o artigo 98 do estatuto de Roma e os acordos separados que Timor-Leste e cerca de 70 países fizeram com os EUA, porque o tratado de Roma não exclui a possibilidade de instâncias judiciais nacionais de cada país julgarem...

AV – Aliás, é a primeira instância. Só se essa instância não julgar é que o TPI intervém!  
JRH – Exacto. Se os Estados Unidos dão garantia de julgar com transparência, rigor e credibilidade alguém procurado pela justiça internacional...

AV – Mas assim não é necessário acordo pois, segundo o estatuto de Roma, só no caso das instâncias nacionais não julgarem um determinado crime contra a humanidade é que é necessário recorrer ao TPI.

JRH – Mas o acordo em si não contradiz o espírito e letra da carta de Roma. Só que, obviamente, nem tudo é black and white e há uma preocupação legítima dos EUA em procurar medidas adicionais de protecção, de forma a evitar qualquer possibilidade de motivação política para prender e julgar alguma entidade americana. Nesta primeira fase de existência do meu país a minha grande preocupação é conseguir alianças internacionais que venham consolidar a paz e estabilidade internas. Eu não quero abrir demasiadas frentes, em particular com os EUA. O acordo que fizemos com os EUA só tem validade de um ano e tem uma cláusula que prevê o seu abandono por qualquer das partes.

AV- Timor, ao contrário do se passou com as antigas colónias portuguesas, viveu um período de 74/75 de uma forma bem diferente. Onde é que estava no 25 de Abril?

JRH – Eu, por acaso, estava em Díli. Deveria partir no dia 27 de Abril para a Austrália e, provavelmente, para os EUA, em consequência de uma entrevista que tinha saído no dia 14 de Janeiro de 1974, num pequeno jornal diário australiano de Darwin, o Empty News, na qual eu tecia comentários vistos na época como subversivos. Eu advogava a independência de Timor-Leste em 7/8 anos. O então Governador de Timor, o Coronel Fernando Alves Aldeia, pessoa muito liberal e simpática, disse-me que essa entrevista causara furor no ministério, em Lisboa, e que ele viria a Portugal para discutir o meu caso. Ele perguntou-me directamente se eu preferiria ficar em Timor e ser preso ou ir para fora. Como não sou pessoa de dar-me ao estatuto de mártir, respondi-lhe que preferia, obviamente, ir para o exílio. «Está bem. Vou convencer Lisboa». Quando regressou disse-me: «Sr. Horta pode preparar as malas que Lisboa fecha os olhos desde que você vá para fora». O inspector da PIDE na altura também me chamou e disse: «você lá fora pode fazer o que quiser. Pode gritar que não nos incomoda. Cá dentro é que não queremos». Eu tinha tentado uma bolsa para estudar jornalismo na Columbia University mas o meu primeiro destino seria a Austrália. No dia 26 de Abril um agente da PIDE veio ter comigo e disse «Você ouviu o que aconteceu em Portugal? Houve um golpe! Você está livre!». Eu não sabia se ele estava a lançar verdes para caçar maduros.

AV – No dia 25 não soube o que se tinha passado em Lisboa?

JRH – Não, e só soube no dia 26!

AV – Vivia mesmo no fim do Império...

JRH – Exacto. Na altura não havia televisão e eu não ligava muito à rádio. Quando o homem veio ter comigo nessa manhã fingi não estar demasiado interessado e encolhi os ombros. Só fiquei realmente convencido quando um militar português veio aos saltos e, ao dar-me um grande abraço, confirmou a notícia. O governador mandou chamar-me para dizer que afinal podia ficar se quisesse. Eu até tinha planos para ir embora na mesma, pois não estava interessado em continuar em Timor-Leste. Nos primeiros dias não tinha noção da verdadeira dimensão do 25 de Abril.

AV – Como explica a singularidade do impacto do 25 de Abril em Timor? As consequências foram num aspecto essencial, o da independência, bem diferentes das outras colónias...

JRH – Lamentavelmente, Timor não tinha nenhuma elite política com visão e serenidade à altura para fazer face ao desafio histórico. Nós, incluindo eu, nunca tínhamos feito política. A maioria de nós nem sequer tinha formação universitária. 99% de nós eram funcionários públicos médios ou até inferiores. Em vez de, com muita serenidade e maturidade nos unirmos às novas autoridades em Portugal para prepararmos uma transição pacífica e ordeira começámos a criar, sem pés nem cabeças, medo dos partidos políticos. Começámos com slogans políticos de toda a ordem. A Indonésia, desde o início interferiu, aproveitando a situação para começar o processo de absorção de Timor-Leste. A Austrália não simpatizava nem acreditava na possibilidade de Timor ser independente. Com Portugal mais interessado em desenvencilhar-se da última colónia do império, fomos entregues a nós próprios.

AV – Num processo de descolonização diferente dos outros, dominado, no entanto, também pelo conceito do legítimo representante do povo timorense. Mas existia quem pudesse de tal reclamar-se?

JRH - A Fretilin, que ao contrário da Frelimo ou MPLA, nunca fez nenhuma luta armada, arvorou-se em único e legítimo representante do povo timorense. O governo português não estava convencido e os outros partidos riam-se porque sabiam que nenhum de nós podia reclamar essa legitimidade. Copiámos o slogan de uma Frelimo ou MPLA ou PAIGC.

AV – A crise política em Portugal e o «mimetismo» em relação às forças políticas portuguesas, também teve os seus reflexos em Timor...

JRH - A radicalização das Forças Armadas prejudicou Timor porque Portugal deixou de ser uma potência descolonizadora neutra, estável e credível para ser, aos olhos de Washington, de Jacarta e Camberra, um foco de instabilidade e de comunismo. Portugal estava instável e com tendência para ser controlado pelos comunistas. Isso afectou profundamente.

AV – Entretanto, o Partido Comunista foi derrotado, a democracia consolidou-se em Portugal e, anos depois, retomou-se o fio da descolonização de Timor-Leste.

JRH – Demorou uns anos. A partir do primeiro governo maioritário de Cavaco Silva, Portugal começou a ter uma diplomacia mais actuante e mais activa na defesa do direito do povo de Timor à autodeterminação. A partir daí foi um processo gradual e imparável, em que Portugal, à medida que a situação no terreno evoluía, ia marcando pontos a favor de Timor. Um quarto de Século depois as forças armadas portuguesas e a GNR voltaram, em circunstâncias bem diferentes, a Timor : que imagem deixaram da sua acção?

AV – Um quarto de século depois, as forças armadas portuguesas e a GNR voltaram, em circunstâncias bem diferentes, a Timor : que imagem deixaram da sua acção?

JRH – Muito positiva. O Batalhão português teve um excelente comportamento. Num momento de incidentes, de violação de mulheres, os militares portugueses, os generais, os soldados, os polícias, a GNR, demonstraram muito profissionalismo. A GNR era temida pelos desordeiros mas muito respeitada pelo cidadão timorense. A polícia portuguesa também foi do melhor que lá esteve. Portugal enviou para Timor-Leste bons comandantes da PSP. As Forças Armadas Portuguesas foram as que mais conquistaram a confiança das Falintil.